



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

09 e 10 de abril de 2016

Notícias do Dia - Geral

“Comunidade médica dividida”

Comunidade médica dividida / Curso de Medicina / Simesc / MEC / Registro profissional / Ministério da Educação / CNE / Conselho Nacional de Educação / Lei 12.871/13 / Programa Mais Médicos / Inep / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Anasem / Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina / OAB / Ordem dos Advogados do Brasil / Ministério da Saúde / CFM / Conselho Federal de Medicina / UFSC / Fabrício Neves / Amanda Campos / Jonathan Marcolini / Thales Cavalcante Ramos / Bruno Marcon / Brasil / FMB / Federação Médica Brasileira / Simesc / Sindicato dos Médicos de Santa Catarina / Cyro Soncini

EDITOR: Rodrigo Lima @rodrigolima@noticiasdodia.com.br @rodrigolima_ND

Comunidade médica dividida

Avaliação. Estudantes de medicina aprovam, e Simesc é contrário à resolução do MEC

RAFAEL THOMÉ
rafael.thome@noticiasdodia.com.br
@ND_online

A partir de 2020, a conquista do diploma de medicina e o consequente registro profissional estarão condicionados à aprovação em uma avaliação dos estudantes, conforme informou o MEC (Ministério da Educação) no início do mês. A medida responde a uma resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovada no programa Mais Médicos no país. De acordo com a resolução, as provas serão aplicadas em caráter pedagógico aos alunos do 2º e 4º ano de faculdade e em caráter decisivo no 6º ano.

Desta maneira, os cerca de 20 mil estudantes de medicina que ingressaram na universidade em 2015 serão os primeiros a serem submetidos ao exame, aplicado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em agosto deste ano. Intitulada Anasem (Avaliação Nacional Seriada dos estudantes de medicina), a prova carrega semelhanças com o exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), com a diferença de que será elaborada por um órgão independente.

Com a vigência da resolução do MEC, será apenas em 2020 que os

primeiros alunos submetidos à prova farão o exame derradeiro. Na ocasião, além de uma prova de conhecimentos médicos, haverá avaliação das habilidades clínicas do formando feita pela recém-criada Comissão Assessora da Avaliação, com apoio do Ministério da Saúde e do CFM (Conselho Federal de Medicina). A nota de corte vai variar de acordo com a prova e será estabelecido por uma banca de educadores médicos que não participaram da elaboração da prova. A reprovação do formando impossibilitará o pedido de registro profissional.

Para o coordenador do curso de medicina da UFSC, Fabrício Neves, a Anasem poderá ajudar a melhorar o ensino, dependendo da maneira que será aplicada. “Se forem elaboradas boas provas, capazes de medir conhecimentos e habilidades necessários para ser um bom médico, a avaliação ajudará a detectar falhas desde o início do curso e permitirá que se tomem medidas de melhora. Mas há dúvidas se um recém-formado deva ser

impedido de praticar a profissão por não passar na prova. Pode ser que ele não tenha bom desempenho neste tipo de avaliação que envolve prática da medicina geral, mas seja um bom médico, útil à sociedade, atuando numa área específica”, afirmou.



A partir de 2020, Diploma e registro profissional estarão condicionados à aprovação em uma avaliação de estudantes



Amanda. Para nivelar profissionais



Thales. Avaliação de futuros médicos



Jonathan. Exame é fundamental

NACIONAL
Prova chamada de Anasem tem semelhanças com o exame da ordem dos advogados

Debate cresce entre estudantes da UFSC

Divulgada no primeiro dia de abril e pouco debatida, a resolução do MEC começa, aos poucos, a fazer parte da rotina na UFSC. “Ficamos sabendo há pouco tempo, por isso o debate está apenas nas rodas de conversa dos alunos”, disse Amanda Campos, 22 anos, estudante da 6ª fase. “Será uma prova que não necessariamente trará benefícios para nós, que temos um currículo bom. Por outro lado, para universidades que não têm tanto controle de qualidade, pode ajudar a nivelar os profissionais que estão entrando no mercado”, completou.

Colega de turma de Amanda, Jonathan Marcolini, 24, acredita que o exame será fundamental para a formação de novos médicos. “Com

a situação das escolas médicas no Brasil, é válido. Afinal de contas, estamos tratando de vidas”, enfatizou. “Os futuros médicos têm que ser avaliados para ver se têm aptidão para exercer a profissão. É uma forma de ter um *feedback* daquele futuro profissional”, acrescentou Thales Cavalcante Ramos, 25, estudante da 6ª fase.

Bruno Marcon, 19, entrou no curso de medicina da UFSC em 2015 e será um dos 20 mil estudantes a realizar o primeiro exame do país, em agosto. “Pode ajudar a melhorar a formação, mas deveria se expandir para outras profissões também. Quanto à prova, estou bastante confiante, mas não sei se estou realmente preparado”, afirmou.

COMO SERÁ A AVALIAÇÃO

Resolução do MEC

- Uma prova teórica será aplicada em caráter pedagógico aos alunos do 2º e do 4º ano que entraram na universidade a partir de 2015. No Brasil, cerca de 20 mil estudantes farão a primeira avaliação em agosto deste ano
- No 6º ano de curso, a avaliação será teórica e prática, em caráter decisivo. Caso o formando não supere a nota de corte, ficará impossibilitado de obter o registro profissional
- O exame teórico será aplicado pelo Inep, e a avaliação das habilidades clínicas será feita pela recém-criada Comissão Assessora da Avaliação, com apoio do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina.

Sindicato e federação se opõem

Na próxima quinta-feira, a FMB (Federação Médica Brasileira), entidade que congrega boa parte dos sindicatos médicos do país, fará uma reunião para avaliar a resolução do MEC. “Em termos nacional e estadual, temos uma posição que já é antiga. Em 2005, éramos contra um exame de ordem, mesmo sendo favoráveis à avaliação criteriosa e periódica dos estudantes”, afirmou o secretário de Comunicação da FMB e diretor de Comunicação do Simesc (Sindicato dos Médicos de Santa Catarina), Cyro Soncini.

Para Soncini, um “limitador” para a obtenção do diploma não traria benefícios ao exercício da profissão. “Quanto colegas nós tivemos que não eram os melhores estudantes durante a universidade, mas que se tornaram brilhantes profissionais depois da especialização? Temos que avaliar periodicamente, mas a própria universidade tem que ‘rodar’ os alunos que não tiveram desempenho minimamente aproveitável”, disse.

Notícias do Dia - Plural

"Patrimônios carentes"

Patrimônios carentes / PAC / Cidades Históricas / Santa Catarina / Florianópolis / Laguna / Programa de Aceleração de Crescimento / Sistema de Fortificações da Ilha de Santa Catarina / Fortaleza de Anhatomirim / Fortaleza de Araçatuba / Fortaleza de Rationes / Fortaleza de Santana / Fortaleza de Santa Bárbara / Fortaleza de São José da Ponta Grossa / Fortaleza de Marechal Moura / Alfândega / Mercado Público / Museu Victor Meirelles / Iphan / Instituto do Patrimônio Histórico Nacional / Liliane Janine Nizzola / MinC / Ministério da Cultura / Lei Orçamentária Anual / Projeto Fortalezas da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Roberto Toneria / Exército do Brasil / Marinha do Brasil / Polícia Militar de Santa Catarina / Celso Martins / José da Silva Paes / Palhoça / Ponte Hercílio Luz / Museu de Armas / Rio de Janeiro / Pernambuco / Baixada Santista / Belo Horizonte / Studio / São Paulo / Restauração

Patrimônios carentes

Na Capital. Valores para executar todas as obras que integram o PAC das Cidades Históricas não serão suficientes

KARIN BARROS
karin.barros@noticiasodia.com.br

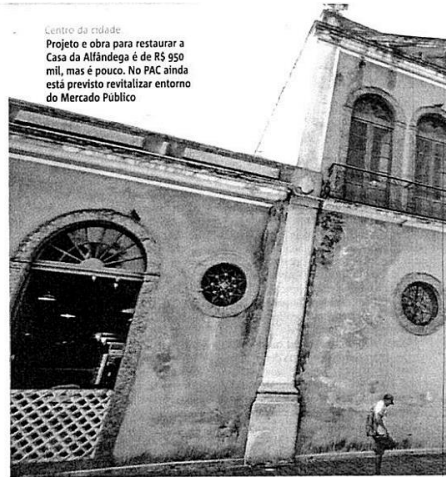
Santa Catarina teve 13 patrimônios históricos tombados pelo governo federal entre Florianópolis e Laguna beneficiados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, lançado em agosto de 2013. Dessas obras, quatro ficam situadas na Capital: a restauração do Sistema de Fortificações da Ilha de Santa Catarina, que inclui as fortalezas de Anhatomirim, Araçatuba, Rationes, Santana, Santa Bárbara, São José da Ponta Grossa e Marechal Moura; a restauração da Antiga Alfândega; a requalificação urbana do entorno do Mercado Público da Capital; e a restauração do Museu Victor Meirelles. De acordo com o segundo balanço 2015/2018 da ação, serão beneficiados 424 conjuntos e monumentos em condições precárias de conservação, sítios urbanos de relevância histórica, entre outros bens representativos da diversidade do processo de ocupação em 44 municípios do país.

O governo federal disponibiliza R\$ 1,6 bilhão para as obras, cujos resultados em algumas cidades do país já são observados pela população. Em Florianópolis, apenas um dos patrimônios já passou pelas fases de projeto e licitação e entra em execução, na próxima quarta-feira: a restauração e ampliação do Museu Victor Meirelles, que

ganhará um anexo com edifício ao lado, no Centro da cidade.

No total, Santa Catarina teve previsão de recurso liberado de R\$ 38,26 milhões. Segundo a superintendente estadual do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), Liliane Janine Nizzola, a predisposição financeira é esta e não mudou, mesmo com os cortes sofridos pelo MinC (Ministério da Cultura) – de R\$ 3,3 bilhões no ano passado para R\$ 2,5 bilhões – determinada na Lei Orçamentária Anual. Em 2015, parte significativa do corte ocorreu no PAC Cidades Históricas, cuja verba passou de R\$ 170 milhões para R\$ 115 milhões no país inteiro. "Podemos sofrer com o corte na hora de entrar na fila dos recursos nacionais, após licitar a obra e repassar o valor, por isso precisamos adiantar os projetos", diz a superintendente, que garante que até o final do ano todos estarão prontos.

Outro ponto que o Iphan do Estado alerta é para os orçamentos que tiveram seus valores maiores do que o previsto, como o caso do Museu Victor Meirelles, onde o valor estipulado era de R\$ 3,28 milhões e passou para R\$ 3,8 milhões. "Talvez tenhamos que readequar entre as obras com o valor que temos previsto pelo governo federal. Isso acontece devido ao lapso temporal", explica ela, já que a seleção da obra aconteceu em 2013 e a execução ocorrerá somente três anos depois.



Centro da cidade
Projeto e obra para restaurar a Casa da Alfândega é de R\$ 550 mil, mas é pouco. No PAC ainda está previsto revitalizar entorno do Mercado Público

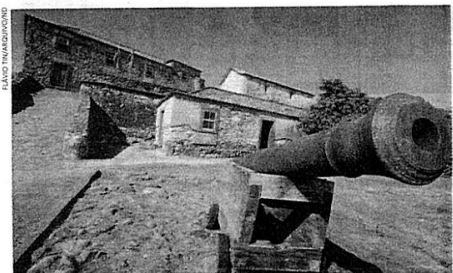
Restauração das fortalezas pode demorar mais

O restauro, paisagismo e sinalização do sistema de fortalezas da ilha deve ser a parte mais demorada e cara para o PAC na Capital. Segundo a superintendente do Iphan, o projeto tem previsão de R\$ 10 milhões, porém ela considera esse valor ínfimo. Para o coordenador do projeto Fortalezas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Roberto Toneria, só o quartel de tropas do forte de Anhatomirim, na baía norte, custaria R\$ 7 milhões. Esta obra soma casos emergenciais no edifício, como o assalto, o reboco e revestimentos. "O chão está cedendo, os turistas não têm como entrar", alerta Liliane, sobre o espaço cujo título é o de maior quartel de tropas em fortalezas do país.

Dos sete fortes da cidade, três – Anhatomirim, Rationes e São José da Ponta Grossa – são de propriedade da UFSC; duas são do Exército do Brasil: Marechal Moura

e Nossa Senhora da Ilha de Araçatuba; uma é da Marinha do Brasil, a de Santa Bárbara; e uma é da Polícia Militar de Santa Catarina, a Fortaleza de Santana. A UFSC mantém um projeto relacionado às fortalezas desde 1992, e em 2015 iniciou reformas em Anhatomirim que equivalem a R\$ 700 mil de recursos próprios.

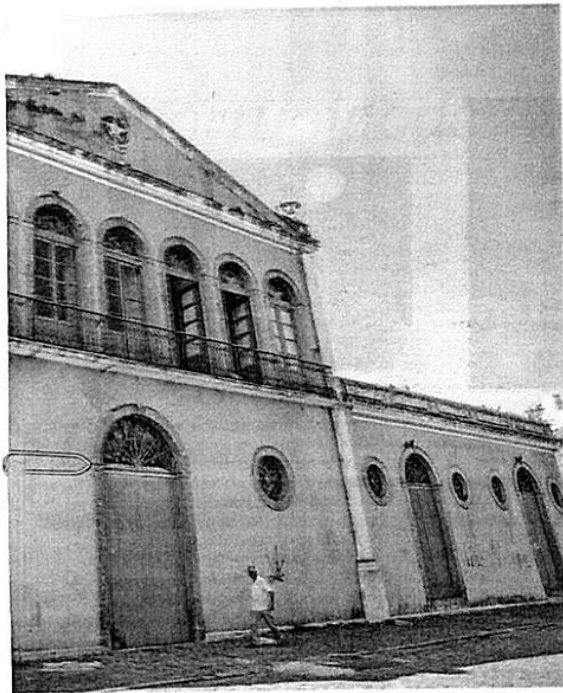
O projeto para o sistema de fortalezas do PAC está em andamento desde o final de 2014 para algumas dessas fortificações, e desde 2015 para outras. O valor só para o projeto das sete é de R\$ 2 milhões, e há pelo menos 25 anos elas não recebiam um restauro total, segundo Toneria. "É provável que precise de um PAC 2 ou 3 para continuar essas obras. São coisas a longo prazo e obras muito caras", acrescenta Liliane. A empresa responsável pelo projeto de restauro é a Prospectiva, de Florianópolis; a sinalização, dentro e fora das fortalezas, ficou por conta da



São José da Ponta Grossa. PAC prevê restauro, paisagismo e sinalização nas fortalezas



Anhatomirim. Só o quartel de obras custaria R\$ 7 milhões, quase o valor total do PAC para as fortalezas



FOTOS: EDUARDO VALENTINI

Fortes poderão ter museus e centros culturais

Tanto para UFSC quanto para o Iphan, tendo o projeto das fortalezas em mãos, o processo de licitação e tentativa de novos editais se torna mais fácil. "A ideia não é pagar todas as obras com o PAC, e sim ter também os projetos para ter outras formas de financiar isso. Nesse caso das fortalezas, o foco são os projetos de restauro, sinalização e paisagismo", conta a superintendente.

O Iphan explicou ainda que a demora com os projetos das fortalezas foi por conta das licitações. "Tivemos empresas que começaram e desistiram, outras que não tinham capacidade técnica e tivemos que desqualificar. É mais demorado que se você fosse contratar um profissional conhecido. Mas a previsão é de ter até o final do ano todos os projetos completos", finaliza Liliane.

O jornalista Celso Martins, que em breve lançará um livro sobre as fortalezas, acredita que a importância do restauro se deve ao marco da presença portuguesa no Sul do Brasil, e não só na Capital. "A partir delas foi criada uma Capitania, o primeiro governo com José da Silva Paes, casais açorianos vieram para plantar e

abastecer a tropa, e, até mesmo servir de fonte de recrutamento. Anhatomirim foi o primeiro porto do Estado, onde era registrado tudo que chegava por mar à Capital, foi cadeia e serviu de asilo para doentes. Foi uma gama de usos", ressalta ele sobre os aspectos militares da época.

Os mantenedores das fortalezas já idealizam novas funções para algumas delas, como é o caso do Forte de Santa Bárbara, no Centro de Florianópolis, onde a marinha tem a pretensão de iniciar um Museu Naval. Já o Exército espera transformar as Ilhas de Marechal Moura, próxima à praia de Naufragados, e Araçatuba, em frente à praia do Sonho, em Palhoça, em centros culturais. O forte de Santana, embaixo da ponte Hercílio Luz, já abriga em seu entorno o Museu de Armas, porém, a acessibilidade deixa a desejar. "Se recuperarmos os fortes do Sul da ilha, eles entrariam no circuito de visitação de fortes, e duplicaria a visitação turística na cidade", explica Toner, da UFSC, relacionando a casos de fortalezas como no Rio de Janeiro, Pernambuco e na Baixada Santista, que são pontos turísticos.

Obras do PAC revitalizam o Centro

Entre as quatro obras selecionadas em Florianópolis para serem beneficiadas pelo PAC, a que está mais próxima de começar as obras, depois do Museu Victor Meirelles, é a requalificação do entorno do Mercado Público, em que o projeto executivo já foi entregue e está em fase de aprovação. Segundo a superintendente Liliane, a princípio, a verba estava destinada para a restauração da Ala Sul do Mercado Público, porém a Prefeitura de Florianópolis garantiu os recursos por outros meios e não precisou da verba federal. Sendo assim, o valor foi destinado a parte da praça em torno da Alfândega, incluindo os quiosques que vão até o posto da PM. O projeto prevê a repaginação do piso, novos equipamentos urbanos, acessibilidade, entre outros. Apenas o projeto custou R\$ 500 mil. A verba para obra é de R\$ 5 milhões.

Já o projeto mais a obra de restauração da antiga Alfândega têm previsão de custo de R\$ 950 mil. Para a obra do Iphan, o valor não será o suficiente. O Museu Victor Meirelles foi o único que finalizou o projeto, já passou pela parte licitatória, garantiu a verba e iniciará as obras na próxima semana. Instalado desde 1952 na rua homônima, na casa onde nasceu o artista Victor Meirelles, o museu ficará maior integrando-se ao prédio ao lado, que tem três andares, construído na década de 1950 e doado pelo Estado em 2015. A proposta é criar uma só unidade museológica. As obras serão feitas pela empresa Planalto e custarão R\$ 3,8 milhões, com previsão de término em 12 meses, podendo-se estender para 18, segundo o Iphan. Durante as obras, o museu terá sede temporária na rua Rafael Bandeira.

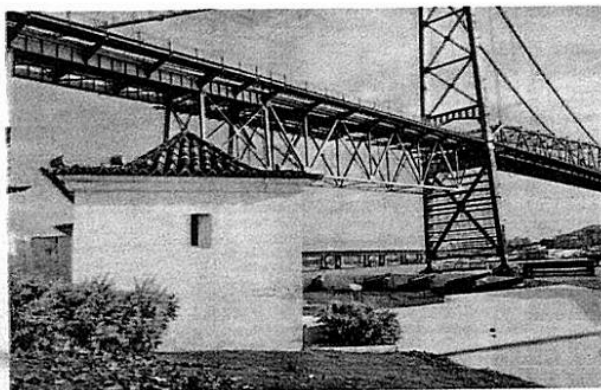
Equipe B, de Belo Horizonte. Já o paisagismo foi fechado com a empresa Studio, de São Paulo.

Ela explica que não é só o Iphan que precisa fazer obra nos patrimônios tombados, mas que seus mantenedores podem usar recursos próprios, assim com a UFSC fez recentemente, ou entrar com leis de incentivo e editais. "O Iphan é a entidade que fez a preservação, e a UFSC é a proprietária, por exemplo. Nós temos mais de mil bens tombados no Estado, considerando os escritórios técnicos. Não dá para a gente se focar em um bem que já tem um órgão garantidor e que, a rigor, não estava em situação crítica, ruindo. O Iphan investe recursos quando já está numa situação emergencial, que precisa intervenção. Nós somos o garantidor que aquilo não vai cair, mas não somos os responsáveis por fazer manutenção, afinal, nem sempre tudo é só restauro", diz.



“É provável que precise de um PAC 2 ou 3 para continuar essas obras. São coisas a longo prazo e obras muito caras”.

LILIANE JANINE NIZZOLA,
SUPERINTENDENTE DO IPHAN,
SOBRE OS VALORES QUE SÃO
INSUFICIENTES PARA RESTAURAR
O SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES



Situação. No Forte Santana, na cabeceira da ponte Hercílio Luz, acessibilidade é o maior problema

CONFIRA OS NÚMEROS

Restauração do Sistema de Fortificações da Ilha de Santa Catarina: Fortalezas de Anhatomirim, Araçatuba, Ratones, Santana, Santa Bárbara, São José da Ponta Grossa e Marechal Moura
● **Previsão de verba:** R\$ 10 milhões
● **Já foi utilizado:** R\$ 2 milhões (projeto)

Restauração da Antiga Alfândega
● **Previsão de verba:** R\$ 950 mil
Requalificação urbana do entorno do Mercado Público
● **Previsão de verba:** R\$ 5,5 milhões
● **Já foi utilizado:** R\$ 500 mil (projeto)

Restauração do Museu Victor Meirelles e anexo
● **Previsão de verba:** R\$ 3,28 milhões
● **Adquirido após projeto finalizado:** R\$ 3,8 milhões

ENTENDA OS NÚMEROS DO GOVERNO

R\$ 2,5 bilhões – valor que o MinC recebeu em 2015 para orçamento
R\$ 1,6 bilhão – valor de execução de todo o programa do PAC Cidades Históricas, entre 2016 e 2019
R\$ 115 milhões – valor orçamentário para o PAC Cidades Históricas em 2015 no país

R\$ 43,44 milhões – valor orçamentário para o PAC Cidades Históricas no país em 2016
R\$ 38,26 milhões – valor orçamentário previsto para Santa Catarina em 2013
R\$ 20,25 milhões – valor previsto até agora para obras do PAC Cidades Históricas na Capital
R\$ 6,3 milhões – recurso recebido pelo Iphan para obras em Florianópolis até agora

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 09/04/2016

[Um moço do interior vivendo na cidade grande](#)

[Laine Valgas: curso de Odontologia da UFSC seleciona pacientes que necessitem de dentadura em Floripa](#)

[Florianópolis terá apenas um projeto com obras começadas em 2016 no PAC das Cidades Históricas](#)

[Juarez Machado é homenageado como patrono da 13ª edição da Feira do Livro de Joinville](#)

[Ecologia – Revista Pesquisa Fapesp](#)

Notícias dia 10/04/2016

[Exame nacional para validação de diploma para médicos divide a opinião de estudantes e sindicato](#)

[Estudantes da UFSC e da UFPR representam o Brasil no desafio Red Bull na Europa](#)